

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Curso de Pós-Graduação em Agronegócio

JONEVIL LEMES POMPEU DA SILVA

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO
DE ITAPEJARA D'OESTE – PARANÁ**

**ITAPEJARA D' OESTE - PR
2004**

JONEVIL LEMES POMPEU DA SILVA

**ANÁLISE DA ESTRUTURA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE
DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO
DE ITAPEJARA D'OESTE – PARANÁ**

Monografia apresentada para obtenção do título de Especialista em Agronegócio no curso de Pós-Graduação em Agronegócio, Departamento de Economia Rural e Extensão, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Professor Dr. Luciano de Almeida.

**ITAPEJARA D' OESTE - PR
2004**

"A vida esta cheia de desafios que, se aproveitados de forma criativa, transformam-se em oportunidades".

Maxwell Maltz

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	iv
LISTA DE QUADROS.....	v
RESUMO.....	vi
1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema.....	2
1.2 Objetivos.....	5
1.2.1 Objetivo Geral.....	5
1.2.2 Objetivos Específicos.....	5
1.3 Delimitação do Problema.....	5
1.4 Justificativa.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
2.1 Formação, Evolução Histórica e Estrutura da Pequena Propriedade no Brasil.....	7
2.2 Particularidades das Propriedades Familiares.....	9
2.3 Prováveis Saídas e Alternativas.....	10
2.4 Cenário Nacional do Leite.....	12
2.5 Cenário Estadual.....	14
2.6 Cenário Regional.....	16
2.7 Histórico da Bovinocultura de Leite da Região Sudoeste.....	17
2.8 Oferta de Matéria Prima.....	18
2.9 Principais Bacias Leiteiras da Região Sudoeste.....	19
2.9.1 Perfil Zootécnico do Rebanho Leiteiro no Sudoeste do Paraná.....	19
2.10 Agentes e Comercialização.....	21
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Perspectivas Metodológicas.....	22
3.2 Instrumentos de Pesquisa.....	22
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	23
4.1 Itapejara D' Oeste - Histórico do Município.....	23
4.1.1 Identificação do Município.....	24
4.2 Caracterização dos Produtores Agrícolas.....	24
4.3 Prestação de serviços.....	25
4.4 Mão-de-Obra e Prestação de Serviços.....	26
4.5 Organização de Produtos.....	26
4.6 Distribuição da Renda Bruta por Atividade.....	27
4.7 Características das Propriedades de Produção de Leite no Município.....	27
4.8 Situação das Posses das Residências.....	28
4.8.1 Conjunto Familiar.....	28
4.9 Agroindústria.....	29
4.10 Bovinocultura de Leite.....	29
4.11 Indústria de Laticínios.....	30
4.11.1 CLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste.....	31

4.11.2 Indústria de Queijo da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste.....	33
4.11.3 Indústria de Iogurte da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste.....	33
4.12 Breve Panorama do Mercado de Leite no Brasil, Estado do Paraná e Região Sudoeste.....	34
4.13 Análise da Produção e Comercialização de Leite no Município de Itapejara D'oeste PR.....	36
CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXO.....	43

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01	REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ.....	4
FIGURA 02	FLUXOGRAMA DA COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE.....	38
GRÁFICO 01	PRODUTORES NÃO ASSOCIADOS À COOPERATIVA.....	32
GRAFICO 02	CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR NÃO ASSOCIADO A CLAF.....	33
TABELA 01	LEITE - PARANÁ - PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE MÉDIA E NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS (v.o)– 2002.....	14
TABELA 02	LEITE - PARANÁ – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, VACAS ORDENHADAS - PRODUTIVIDADE E DISPONIBILIDADE POR HABITANTE - 1980/2002.....	15
TABELA 03	PRINCIPAIS MUNICIPIOS PRODUTORES DA REGIAO SUDOESTE...	19

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01	PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES POR CATEGORIA.....	26
QUADRO 02	PORCENTAGEM DE PRODUTORES NOS DIFERENTES NÍVEIS DE MANEJO.....	27
QUADRO 03	PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES RURAIS ASSISTIDAS TECNICAMENTE PELAS DIFERENTES EMPRESAS.....	27
QUADRO 04	NÚMERO MÉDIO E TOTAL DE DIAS TRABALHADOS/ANO/ PROPRIEDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	28
QUADRO 05	DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL, DAS PROPRIEDADES NOS DIFERENTES TIPOS DE ASSOCIATIVISMO.....	28
QUADRO 06	DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DA RENDA BRUTA POR ATIVIDADE.....	29
QUADRO 07	SITUAÇÃO DAS MORADIAS COM RELAÇÃO A TAMANHO, I DADE, ETC.QUADRO.....	29
QUADRO 08	PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES SEGUNDO SUA POSSE.....	30
QUADRO 09	DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO.....	31
QUADRO 10	AGROINDÚSTRIA – PESSOAS JURÍDICAS.....	31
QUADRO 11	DIMENSIONAMENTO DO REBANHO.....	31

RESUMO

A crescente importância que a produção e a comercialização do leite vem tomando na agricultura familiar é fato indiscutível, pela sua tendência de adequar uma renda mensal relevante para a manutenção da família. O aparecimento nos últimos anos de um número estimável de agroindústrias de transformação do leite, nos mostra a capacidade de reação da agricultura familiar frente às transformações ocorridas no meio rural nas últimas décadas. Foco deste estudo, a produção e comercialização do leite, em sua maioria estão aliados à busca por alternativas econômicas – entendida como a busca por melhor valorização do produto. Observando-se a dinâmica da cadeia produtiva do leite, percebe-se que esta possui grande desigualdade de forças, onde as grandes empresas constituem o lado forte e as pequenas empresas (agroindústrias familiares em sua maioria) e os produtores rurais o lado fraco. Nesse meio, se faz necessária a presença de um órgão nivelador e/ou coordenador com poder de intervenção nos rumos do mercado, permitindo um desenvolvimento mais uniforme. Evitando assim, que o aumento de produtividade fique sob poder de poucos e que o crescimento de uns seja o atraso de outros. Pode destacar ao final, a eficiência na administração dos canais de comercialização utilizados, bem como, a capacidade de se buscar, e até mesmo criar, novos canais de comercialização para os seus produtos.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem por objetivo apresentar as características da produção e comercialização do leite pelos agricultores familiares no município de Itapejara D'Oeste, visando sua sobrevivência e inserção neste setor. Além disso, com o objetivo de fazer um diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite, apresentando uma análise do cenário atual e o desenvolvimento do segmento produtivo no município.

A Bovinocultura de Leite caracteriza-se por ser uma atividade em forte expansão devido ao seu potencial de produção, produtividade e qualidade da matéria prima produzida, e sendo a região reconhecida pelo Governo do Estado como pólo de excelência para o desenvolvimento de importante bacia leiteira. A região se caracteriza por pequenas propriedades rurais, mais de 90% são de pequenos produtores rurais com áreas até 50 hectares que utilizam quase que exclusivamente mão-de-obra familiar.

As unidades de produção familiar, por suas características de uso de mão-de-obra, forma de trabalhar e tipo de agricultura praticada, estão entre os segmentos sociais mais importantes para o desenvolvimento da região onde estão inseridas e, por conseqüência, para o país.

No contexto atual, a agricultura familiar vem sendo influenciada, de forma ascendente, pela globalização da economia, cujas tendências apontam para um sistema que concentra a produção e as riquezas, exigindo, cada vez mais, maior escala de produção, regularidade na entrega e qualidade dos produtos. Diante desta situação, caracterizada por rápidas mudanças, para que os produtores se mantenham no mercado e se desenvolvam, podem estar ligadas à cooperação agrícola e à prática de uma agricultura mais sustentável.

Novos caminhos têm sido apontados para um desenvolvimento rural ecologicamente sustentável, socialmente justo e economicamente viável, com a opção pela agricultura familiar.

1.1 Problema

A estrutura fundiária da região Sul do Brasil é constituída, basicamente, por pequenas unidades de produção familiar, embora ocupem apenas 25% das áreas agrícolas. Por suas características, como uso da terra, emprego de mão-de-obra e diversificação da produção, é um dos segmentos sociais mais importantes no processo de desenvolvimento do País. Do ponto de vista social, a agricultura familiar é a maior responsável pela fixação do homem no campo, na medida em que emprega quase todos os membros da família.

De cada cinco empregos rurais, quatro estão ligados às unidades familiares. No aspecto econômico, é responsável pela maior parte dos alimentos básicos consumidos pela população. O fato de usar a estratégia da diversificação, tendo como meta a subsistência e venda de excedentes, confere-lhe uma estrutura mais sustentável quando comparada aos demais estratos fundiários, constituídos por médias e grandes propriedades. Politicamente, a importância da agricultura familiar mostra-se fundamental à governabilidade, não só pelos aspectos mencionados, mas também por sua função estratégica que pode ser simplificada no fato de que os indivíduos que moram nos centros urbanos podem custar para o poder público de 11 a 22 vezes mais que aqueles que vivem no meio rural. (LACKI, 1996; ROCHA, 1998).

Do ponto de vista cultural, a agricultura familiar alberga uma diversidade imensa encontrada nas origens, costumes, forma de trabalhar e no saber dos agricultores. Toda essa importância se tem mostrado extremamente útil ao Estado e aos cidadãos urbanos. Nem sempre o agricultor e sua família têm conseguido desenvolver-se nessa estrutura de produção. Muitos não têm conseguido manter-se no campo, fato que pode ser constatado pelo contínuo êxodo rural verificado nos últimos anos. No contexto atual, a agricultura familiar tem sido influenciada de forma cada vez mais intensa pela globalização da economia. As tendências apontam para um sistema concentrador da produção e das riquezas. Nessa linha, o mercado tem exigido maior escala de produção, regularidade na entrega e melhor qualidade dos produtos.

Diante dessas exigências, uma das alternativas, apontada por técnicos e pesquisadores para que as unidades de produção familiar se mantenham no

mercado e se desenvolvam, é a cooperação agrícola. Nesse sentido, observa-se que as formas associativas têm sido cada vez mais utilizadas, muitas vezes, como uma reação às condições vividas no campo, visando viabilizar as propriedades. A sua instituição fica por conta da iniciativa dos próprios agricultores e pelo estímulo de organizações governamentais e Organizações não Governamentais (ONGs).

O presente estudo foi elaborado com o objetivo de analisar as características da produção e comercialização do leite na agricultura familiar do município de Itapejara D'Oeste – Paraná.

A Bovinocultura de Leite do Sudoeste do Paraná caracteriza-se por ser uma atividade em forte expansão devido ao seu potencial de produção, produtividade e qualidade da matéria prima produzida, e sendo a região reconhecida pelo Governo do Estado como pólo de excelência para o desenvolvimento de importante bacia leiteira. A região se caracteriza por pequenas propriedades rurais, mais de 80% são de pequenos produtores rurais com áreas até 50 hectares que utilizam quase que exclusivamente mão-de-obra familiar.

No ranking regional da produção paranaense, segundo os levantamentos realizados pelo DERAL (2001), a região Oeste tinha a liderança, com 26,14% da produção total do Estado, seguida pela região Sul com 20,78%, região Norte com 20,23%, Sudoeste com 17,32%, Noroeste com 12,90% e Centro Oeste com 3,63%. A região Sudoeste foi a que apresentou maior crescimento, tendo aumentado sua participação em 13,52% pontos percentuais, destacando-se os municípios de Francisco Beltrão, Capanema, Realeza, Pato Branco, Coronel Vivida e Chopinzinho.

No entanto, o Município de Itapejara D'oeste, localizado próximo às cidades citadas ainda não tem se destacado na produção de leite, o que vem justificar este estudo, pois, pretende-se relatar o que leva o município a não ter uma efetiva participação na produção de leite.

Diante do enunciado, pergunta-se: Quais as estratégias de comercialização dos agricultores familiares na produção de leite frente às pressões no cenário restritivo neste mercado?

Na figura 01, apresenta-se a localização da Região Sudoeste do Paraná.

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ - ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO



FONTE: IBGE, 2003

Nota: O sudoeste do Paraná situa-se na Região Sul do Brasil, entre os paralelos -25° e -27° de latitude sul e -51° e -54° longitude Oeste. Limita-se à margem esquerda do Rio Iguaçu, a partir do município de Palmas, a Leste, até os municípios da Fronteira com a Argentina, no extremo Oeste, e limita-se ao Sul com os municípios do Oeste Catarinense. A Região Sudoeste possui uma área total de 16.975,511 km² sendo que 7.761,7 km² distribuídos entre os 27 municípios da Região de Francisco Beltrão e 9.213,8 km² distribuídos entre os 15 municípios da Região de Pato Branco.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as características da produção e comercialização do leite na agricultura familiar do município de Itapejara D'Oeste – Paraná.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) identificar as características da produção de leite;
- b) analisar como é realizada a comercialização desta produção;
- c) apresentar e discutir a contribuição da Cooperativa de leite da Agricultura Familiar de Itapejara D' Oeste na organização da cadeia produtiva de leite.

1.3 Delimitação do Problema

Este estudo terá sua abrangência o município de Itapejara D' Oeste – Paraná, com pesquisa voltada para a produção familiar: produção de leite.

1.4 Justificativa

Historicamente, os pequenos produtores viveram no interior de grandes propriedades ou em restritas áreas de terras, os minifúndios. A situação sempre foi bastante precária: terras escassas, técnicas rudimentares, dependência dos grandes proprietários de terra. A modernização reproduz essas condições e provoca um processo de expropriação da população rural. Isso fica bem caracterizado com o aumento do trabalho assalariado temporário. SILVA (1999), observa a modernização acentuou a sazonalidade do emprego na agricultura capitalista, tornando desvantajosa a retenção permanente de mão-de-obra nas propriedades.

A produção familiar não é necessariamente uma pequena produção. A diferença básica entre a produção familiar e a capitalista é a forma de utilização do trabalho. A agricultura capitalista utiliza, de modo regular, o trabalho assalariado, gerando acumulação através da expropriação do excedente. Na agricultura familiar, no entanto, a mão-de-obra familiar é predominante, sendo o trabalho assalariado utilizado apenas de forma complementar.

As políticas públicas para a agricultura, a ação das grandes agroindústrias, entre outros fatores têm favorecido a concentração de poder e renda, excluindo significativamente estes atores sociais do campo e, com isso, limitando as possibilidades do desenvolvimento local e regional.

Mesmo com tantas adversidades, a agricultura familiar foi o segmento do campo que mais cresceu entre 1989 e 1999, com um aumento de produtividade de 3,79% ao ano. O setor é responsável por quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do País e por grande parte dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros diariamente: quase 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% da produção de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos. A agricultura familiar abastece principalmente o mercado interno, mas também participa de cadeias exportadoras como as culturas como frango, suínos e fumo (NÚCLEOS DE ESTUDOS AGRÁRIOS E DESENVOLVIMENTO RURAL, 2003).

Há décadas relegada a segundo plano e até mesmo esquecida pelo Estado, a agricultura familiar e a sua base fundiária -a pequena propriedade- têm sobrevivido em meio à competição de condições e recursos orientados para favorecer a grande produção e a grande propriedade - setores privilegiados no processo de modernização da agricultura brasileira. O aumento da produtividade, associado ao consumo de tecnologia, tem fundamentado a ação e o discurso modernizadores até aqui.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação, Evolução Histórica e Estrutura da Pequena Propriedade no Brasil

Historicamente, observa-se que a formação e consolidação da pequena propriedade nos estados do Sul devem-se, basicamente, a imigração estrangeira. Vários fatores contribuíram para a ocupação das áreas. Inicialmente, vieram alemães (1824), depois os italianos (1871). A seguir chegaram os poloneses, russos, austríacos, húngaros, franceses e posteriormente japoneses. Do período colonial até a Revolução de 30 a imigração foi utilizada com diferentes propósitos. Assim, enquanto a imigração para o estado de São Paulo visava suprir a deficiência de mão-de-obra na lavoura de café, nos estados do extremo sul a finalidade era a ocupação efetiva do solo e, indiretamente, a defesa das fronteiras com os países do Prata.

Dessa forma, a ocupação dos solos sulinos tornou-se duplamente caracterizada. De um lado, a grande propriedade ocupava grandes áreas de campos limpos através da concessão de sesmarias, tendo como base a exploração de gado e produção de charque, usando como mão-de-obra o trabalho escravo (e mais tarde o trabalho assalariado); do outro lado, a pequena propriedade familiar, que praticava a policultura, usava somente a mão-de-obra familiar já que a própria legislação proibia a contratação de escravos nas “colônias” (CORADINI e FREDERICK, 1981, p. 18).

Geograficamente, a fixação dos colonos europeus na Região Sul visava também efetivar o processo de ocupação em razão do relativo fracasso ocorrido com a imigração açoriana. Assim, a pequena propriedade expandia-se ocupando o solo e fornecendo bens alimentares excedentes e artesanais que deixavam de ser economicamente importantes para o latifúndio. Em meados de 1950, em virtude do desenvolvimento industrial, parte da área da pecuária extensiva passou a ser timidamente ocupada com lavoura. Também nesse período, as propriedades familiares já apresentavam um excedente populacional que, devido ao tamanho dos estabelecimentos, forma e tipo de exploração, acabaram iniciando outra corrente

migratória das “colônias velhas” para (as “novas”) regiões como o Oeste de Santa Catarina e do Paraná e Mato Grosso.

Essa expansão encontrou condições de renda diferencial em razão do menor valor comercial das novas terras possibilitando a compra de uma área maior, sempre visando o envolvimento da mão-de-obra familiar. Nesse processo de migração, praticamente, todo recurso era utilizado na compra da terra, sendo responsável pela estruturação fundiária nos estados sulinos, tendo como exceções a Campanha riograndense e regiões, também de criação de pecuária (bovina), do Paraná e Santa Catarina.

Com base nessa ocupação do solo, a agricultura familiar vem se caracterizando pela policultura, tendo, normalmente, como peso maior, um ou dois produtos de melhor valor comercial. Até meados de 1940 a agricultura foi marcada por uma fase de estagnação e por vezes de retrocesso, tanto em relação à produtividade, como nas tecnologias utilizadas (CORADINE e FREDERICK, 1981, p. 21).

A partir desse período, no entanto, ocorre a retomada de crescimento da produção agrícola por meio do processo de modernização da produção com aplicação de um modelo mais empresarial em culturas como trigo, arroz e, posteriormente, soja. Esse desenvolvimento se deveu a um progressivo fortalecimento e diversificação da agroindústria e de políticas governamentais.

Apesar desse desenvolvimento, de 1940 a 1970, detectou-se como fato marcante o decréscimo do número de estabelecimentos considerados “pequenos” (até 50ha), nos “médios” (de 50 a 100ha) e uma relativa estabilização das “grandes” propriedades. Essa tendência vem se mantendo como uma adaptação ao processo produtivo.

O Estado tem contribuído direta e indiretamente para diminuir o tamanho dos módulos maiores em razão de sua política fundiária. Tendência de crescimento verificou-se no arrendamento (feito basicamente por produtores oriundos das zonas coloniais), como conseqüência da expansão da lavoura nas grandes áreas ocupadas pela pecuária e pela adaptação das unidades sociais e políticas (como uso da terra improdutiva para a reforma agrária). Além desses fenômenos, verificou-se, nas últimas décadas, intensa migração de uma região agrícola para outra e, especialmente, para os centros urbanos. Também nesse período, o comportamento fundiário e produtivo esteve estreitamente ligado e subordinado à agroindústria que

vem aprofundando, cada vez mais, as mudanças na estrutura agrária do país (CORADINE e FREDERICK, 1981, p. 34).

2.2 Particularidades das Propriedades Familiares

LIMA et al. (1995, p. 30) consideram que as propriedades familiares, “a partir de uma base material e social específica e da forma como se inserem no meio físico e socioeconômico, buscam se reproduzir social e economicamente, organizando e realizando a produção, basicamente, através da força do trabalho familiar”. Os autores partem do princípio de que as desigualdades das condições econômicas e sociais, típicas do desenvolvimento capitalista, produz e reproduz, ao longo do tempo, a diferenciação entre os produtores e suas unidades de produção.

Para o mesmo autor, os agricultores em geral encontram-se em situações diferenciadas, as quais os distinguem em diferentes categorias sociais e econômicas. Eles dispõem de uma base material diferenciada, entendida como a quantidade e qualidade da terra e dos demais meios de produção e estão integrados de forma distinta a um determinado meio agroecológico e socioeconômico, com o qual estabelecem relações de produção. Nesse contexto, o fato da produção ser realizada pela família faz com que não exista a separação, comum em outras organizações, entre proprietários dos meios de produção e os trabalhadores.

A família é, ao mesmo tempo, proprietária e a principal fonte de trabalho da unidade de produção. Essas características, associadas à pequena escala das atividades desenvolvidas e às particularidades do processo de produção na agricultura, fazem com que não exista, nestas unidades de produção, a clássica especialização e divisão formal e hierárquica entre trabalho administrativo e executivo. Cada membro da família, ainda que de forma diferenciada, participa do processo de decisão e produção e é co-responsável pelo conjunto do funcionamento do sistema. Mesmo não existindo uma separação formal, em geral existe uma certa repartição de tarefas, funções e responsabilidades; o pai e a mãe são os principais responsáveis pelo conjunto do sistema, tomando as decisões mais importantes. (LIMA et al. 1995, p. 33).

De acordo com LIMA (1995), normalmente, os produtores familiares têm como objetivo prioritário à reprodução da família e a viabilidade técnica e econômica de sua unidade de produção. Outras aspirações, provavelmente, são limitadas pela situação material e social dos agricultores. Nesse contexto, orientam a produção segundo objetivos estratégicos que, normalmente, visam reduzir e racionalizar os custos totais da família e da produção, minimizar os riscos climáticos e de mercado, garantir a segurança alimentar da família e o emprego da mão-de-obra familiar, além de investir prioritariamente na melhoria e ampliação das condições de trabalho e produção.

Para tanto, a estratégia adotada é a diversificação da produção aproveitando os recursos existentes, garantindo o autoconsumo, diminuindo o risco (da monocultura) e aumentando a renda total da família, mesmo que isso não signifique a melhor remuneração do capital investido e a maximização de lucros. (LIMA et al. 1995, p. 33).

Nessa relação família-unidade de produção, que se constitui num todo indissociável, existem problemas palpáveis como a deficiência no acompanhamento técnico e contábil. Fora das “cercanias” de sua propriedade, existe uma nítida dificuldade de entender as bruscas mudanças que estão ocorrendo nos mercados, frutos da globalização da economia e das novas formas de comercialização entre os países. Levantamentos de WICKERT (1991, p. 75), a respeito das preocupações dos agricultores, demonstraram que os aspectos mais citados foram os preços percebidos pelos produtos (93%), preços de insumos e falta de créditos (55%). Assuntos, também importantes, relacionados ao contexto interno da propriedade como educação dos filhos, falta de máquinas e mão-de-obra, conservação do solo, irrigação e armazenagem, foram citados em menos de 30% dos casos.

2.3 Prováveis saídas e alternativas para Agricultura Familiar

As possibilidades de sobrevivência e crescimento da Agricultura Familiar devem levar em conta a integração econômica que vem ocorrendo, notadamente, com os países do Prata, nos quais produtos como trigo, milho, feijão, soja, leite e suínos têm menores custos de produção. Também o processo crescente da saída do Estado como condutor da modernização da agricultura, (passando este papel à agroindústria) com sucateamento da assistência técnica estatal, deve ser

considerado. Nesse contexto, deve-se agregar o fato de que a seqüência de planos econômicos tem contribuído para o aviltamento do preço dos produtos agrícolas.

De acordo com ZAMBERLAM (1993, p. 23), considerando-se que a maioria dos pequenos agricultores está ligada a uma cooperativa agropecuária, este é um fator importante.

Por outra, engajando-se no modelo alternativo, a saída é a agricultura de grupo no qual a produção se dá, evidentemente, com menor custo. Para o mesmo autor, a tendência atual, baseada na influência do capitalismo no campo, é “de se valorizar a propriedade empresarial”. Nesse sentido, a valorização da pequena propriedade familiar deve orientar-se para a agricultura de grupo, visando equacionar o problema da mão-de-obra e fundiário. Grandes agroindústrias têm trabalhado nessa linha com a propriedade explorando um produto para a exportação (exemplo: contrato de integração para produção de frangos e suínos) e outro para autoconsumo (exemplo, o milho).

Assim sendo, observa-se que tanto a conjuntura internacional como a nacional tem evoluído na direção do aprofundamento da cooperação. Essa tendência pode ser explicada para alguns como saída da crise, enquanto para outros implica em acumular mais. Para médias e grandes propriedades a cooperação, traduzida sob a forma associativa ou de parceria, é importante para melhorar o desempenho do estabelecimento. O mesmo pode-se dizer para o pequeno estabelecimento, só que para este a cooperação é, praticamente, uma necessidade, ou como se refere ZAMBERLAM (1993, p. 11), “para os pequenos é uma medida de resistência”. A mesma ênfase é feita por SCHERER (1994, p. 19) ao propor que o trabalho conjunto, a ajuda mútua e a cooperação apresentam resultados extraordinários. Para o autor, “as pequenas propriedades rurais necessitam, urgentemente, rumar para mudanças, entre elas e, primordialmente, o associativismo, visando usar melhor os recursos que possuem, entre outros benefícios que lhes é oferecido”.

Uma abordagem mais genérica sobre a viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais do estado do Rio Grande do Sul (FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS, 1993, p. 13-15) aponta para a necessidade de organização interna dos estabelecimentos, demonstrando que os agricultores devem produzir alimentos para a sua subsistência, comercializando os excedentes e especializando-se na produção de uma ou mais atividades econômicas principais.

As atividades em desenvolvimento ou que serão implantadas devem ser submetidas a um projeto técnico, sendo fundamental a participação do produtor em todas as fases do projeto. Além de outras reivindicações notadamente para o poder público, o Seminário efetuado pela referida Federação, em sua síntese, propõe que sejam implantados nos municípios projetos pilotos com experiências associativas regionalizadas, além de criar pequenas cooperativas, bem como associações, grupos formais e informais, condomínios rurais, sob seu controle e administração defendendo, assim, seus interesses no processo econômico e produtivo.

A cooperação agrícola, tratada de forma simplificada por alguns autores como associativismo rural, está entre as estratégias mais importantes, senão a prioritária, para que, em conjunto, os produtores resolvam seus problemas e aspirações comuns (ZAMBERLAM, 1993, p. 39, SCHERER 1994, p. 27; LACKI, 1996, p. 149).

Para WICKERT (1991, p. 3) "a expansão do associativismo representa, claramente, uma resposta dos agricultores que têm seu futuro socioeconômico ameaçado pelo processo de modernização. Se na associação o pequeno agricultor diminui sua autonomia na tomada de decisões, fora dela, está desaparecendo sua condição de permanência na atividade". Embora a dureza desta afirmação, que condiciona os agricultores à cooperação, SCHERER (1994, p. 23) considera que o "associativismo é uma das maneiras mais belas" de se alcançar objetivos com base no trabalho conjunto.

2.4 Cenário Nacional do Leite

O setor agropecuário brasileiro contribui com cerca de 8% na formação do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, o que corresponde a R\$ 99,4 bilhões em valores de 2001. No acumulado do primeiro semestre de 2002, o PIB da agropecuária cresceu 4,59%, alcançando a projeção de 103,96 bilhões para este ano. Segundo o conceito de agronegócio, que inclui desde o produto primário até a sua industrialização e comercialização, passando pelos setores de insumos, máquinas e implementos, a geração de renda do setor eleva-se a 27% do PIB, somando R\$ 344,95 bilhões. Nos primeiros meses de 2003, o PIB do agronegócio

cresceu 2,72 %, atingindo a projeção de R\$ 354,36 bilhões. (CNA – Confederação Nacional da Agricultura).

A atividade rural ocupa 24,2% da população economicamente ativa (IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2003), ou 17,4 milhões de trabalhadores. O setor é hoje o maior empregador no Brasil. (CNA – Confederação Nacional da Agricultura).

A pecuária de leite ocupa aproximadamente 3,2 milhões de pessoas e movimenta mais de R\$ 6 bilhões por ano no Brasil. (Estimativas CNA – O Agronegócio do Leite no Brasil, Embrapa, 2001).

Segundo dados oficiais da Secretaria de Comércio Exterior, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o país importou 215.327 toneladas de lácteos em 2002, frente às 141.188 toneladas de 2001, com crescimento de 52,5% nesse movimento. Em valor, as importações de 2002 somaram US\$ 247,555 milhões, contra US\$ 178,590 milhões em 2001, aumento de 38,6%. Do lado das exportações, os números revelam algumas novidades, a começar pelo próprio volume embarcado: ele cresceu 107,1% em peso e 60,8% em valor, em 2002, quando se coteja o movimento desse ano com o de 2001.

Os embarques brasileiros de laticínios ao Exterior movimentaram US\$ 40,246 milhões em 2002 (havia sido de US\$ 25.030 milhões em 2001) e representam remessas de 40.123 toneladas de produtos diversos, em 2002, para 19.371 toneladas em 2001. Algumas previsões (CNA) apuram que o Brasil deverá produzir algo próximo a 25 bilhões de litros em 2003, podendo ser aumentada em mais 5 bilhões de litros nos próximos quatro anos. Segundo KOEHLER (2001) o Brasil ocupa a sexta colocação no ranking mundial na produção de leite. Em 2001 foram produzidos 20,5 bilhões de litros, sendo 29,2% produzidos em Minas Gerais, 11,3% em Goiás, 10,8% no Rio Grande do Sul, 9,2% no Estado do Paraná, 8,7% em São Paulo e 5,2% em Santa Catarina.

A produção brasileira de leite vem permanecendo com baixo índice de crescimento por mais de duas décadas. Entre, 1980 a 1990, o aumento médio da produção situou-se em 2,64% ao ano. Entre, 1991 e 2001, o crescimento médio situou-se em 3,12% ao ano, sendo que no período de 2000 a 2001, o crescimento foi de 3,76% e no ano de 2002 com a produção de 23,3 bilhões de litros houve um crescimento de 13,6% em relação a 2001, sendo que a representatividade do Paraná passou de 9,2% para 10,2% do total de leite de vaca produzido no país.

O rebanho leiteiro brasileiro é formado por aproximadamente 18 milhões de cabeças, considerado o maior rebanho comercial do mundo, sendo superado em número pelo rebanho da Índia, estimado em 38 milhões de cabeças. Este rebanho não possui finalidade econômica.

Os Estados Unidos se destacam por possuírem rebanhos com produtividade média de 8.284 litros vaca/ano, seguidas pela Inglaterra, com 7.279 litros e a Holanda com média de 6.774 litros. A produtividade média atual do rebanho brasileiro situa-se em 1.347 litros/vaca/ano, sendo considerada uma das menores do mundo.

2.5 Cenário Estadual

Segundo JUNIOR (2002), o Paraná em 2001 passou da posição de quinto para terceiro maior produtor de leite no ranking nacional, quando obteve um crescimento de 7,4% em relação a 2000, elevando a sua participação para 10,7% na produção nacional. Em 2002 a pecuária paranaense fechou o ano com 2,37 bilhões de litros, com um índice de crescimento de 5,8% em relação à 2001 quando foram produzidos 2,24 bilhões de litros. Para 2003 a previsão é de uma produção de 2,49 bilhões de litros, crescimento estimado de 5%.

O rebanho leiteiro do estado é formado por 2.344.810 cabeças, sendo que deste total, foram ordenhadas 1.427.000 cabeças no ano de 2002, obtendo uma produção média de 1.660 L/vaca/ano, com destaque para as regiões Oeste e Sudoeste onde se concentraram as maiores médias de produção por animal ordenhado.

TABELA 01 - LEITE - PARANÁ - PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE MÉDIA E NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS (v.o)– 2002

REGIÃO	PRODUÇÃO DE	%	PRODUTIVIDADE	REBANHO	%
PRODUTORA	LEITE (Litros)		(L/CAB/ANO	LEITEIRO(v.o)	
NORTE	453.372.031	19,13	1.324	342.480	24
OESTE	640.875.095	27,04	2.495	256.860	18
C. OESTE	76.710.125	3,24	1.344	57.080	4
SUDOESTE	435.884.550	18,39	1.797	242.590	17
NOROESTE	272.324.400	11,49	1.272	214.050	15
SUL	490.963.450	20,71	1.564	313.940	22
TOTAL	2.370.129.651	100	1.660	1.427.000	100

FONTE: IBGE – SEAB/DERAL

Carambeí, Castro, Palmeira e Arapoti, são os municípios do Paraná onde se localizam os melhores rebanhos leiteiros, a produtividade média situa-se em 3.520 litros/vaca/ano. Nesta região é comum encontrar vacas com produtividade superior a 8.000 litros/ano.

O Oeste é a região de maior produção de leite do Estado, participa com 27,04% do total produzido e concentra 18% do rebanho ordenhado. A produtividade média situa-se em 2.495 litros/vaca/ano.

O Sudoeste do Paraná, foi a região que apresentou maior crescimento na produção de 2002 em relação a 2001, passando de 387.400 mil litros, 17,3% do total do Estado, para 435.884 mil litros, 18,39% do total produzido no Estado, perfazendo um acréscimo de 12,5% destacando-se os municípios de Francisco Beltrão, Capanema, Dois Vizinhos, Realeza, Planalto, Pato Branco, Coronel Vivida, Nova Prata do Iguaçu, Marmeleiro e Chopinzinho. Cabe aqui, destacar os resultados atraentes na área de atuação da Cooperativa Agropecuária Sudoeste Ltda – COASUL, segundo Valmir da Cunha Vieira, onde já pode-se encontrar animais com produção de 8.400 litros/ano.

Em 2001, foram produzidos 26.245.000 litros, e em 2002 foram produzidos 31.854.000 litros, 21,4% a mais que no ano anterior. Este volume representa 7,3% do total produzido na região Sudoeste.

TABELA 02 - LEITE - PARANÁ – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO, VACAS ORDENHADAS, PRODUTIVIDADE E DISPONIBILIDADE POR HABITANTE - 1980/2002

ANO	PRODUÇÃO DE LEITE (MILOES DE LITROS)	VACAS ORDENHADAS MIL CABEÇAS	PRODUTIVIDADE (L/VACA/ANO)	DISPONIBILIDADE (L/HAB/ANO)
1980	795	890	883	104
1990	1.160	1.090	1.064	130
1991	1.240	1.098	1.132	140
1992	1.277	1.113	1.147	150
1993	1.363	1.188	1.147	160
1994	1.400	1.200	1.166	165
1995	1.577	1.286	1.226	181
1996	1.650	1.305	1.264	188
1997	1.750	1.331	1.315	198
1998	1.795	1.355	1.324	201
1999	1.930	1.375	1.405	205
2000	2.082	1.392	1.495	218
2001	2.240	1.410	1.585	233
2002	2.370	1.427	1.660	243
2003(1)	2.490			

(1) Estimativa

FONTE=IBGE - SEAB/DERAL

Em 2002 a produtividade do rebanho paranaense apresentou um crescimento médio de 4,7%, situando-se em 1.660 litros/vaca/ano (tabela 02). Esta produtividade embora baixa, é superior à media nacional de 1.347 litros/vaca/ano.

Francisco Beltrão é o 9º município do Estado de maior produção de leite. Em 2002 o rebanho leiteiro paranaense conta com 2.345.000 cabeças. O número de vacas ordenhadas levantadas junto ao IBGE e SEAB/DERAL situa-se em 1.427.000 cabeças, apresentando um acréscimo de 1,2% em relação ao ano de 2001.

O incremento atual da produtividade do rebanho leiteiro vem sendo alcançado, principalmente pela implantação do Programa de Inseminação Artificial - PIA, Convênio entre a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB, Prefeituras Municipais, Cooperativas e Associações de Produtores de Leite, Aliado aos Programas de Manejo e Implantação de pastagens adubadas e Manejo Sanitário. (KOEHLER, 2001).

2.6 Cenário Regional

O Sudoeste do Paraná caracteriza-se por ser uma região de tradição agropecuária. A pecuária leiteira, como todas as demais regiões do país enfrenta dificuldades de uma atividade que passa por profundas modificações, precisando modernizar-se às pressas, sofrendo às pressões de um mercado instável e com regras não bem definidas. (VIEIRA 2002).

O mercado passou a atuar no sentido de selecionar os produtores de leite por escala de produção e qualidade da matéria-prima. Ao mesmo tempo, exige que a atividade seja conduzida com o máximo de profissionalismo devido às baixas margens de lucro.

A pecuária de leite encontra-se consolidada na região sudoeste do estado, com destaque para os municípios de Francisco Beltrão, Capanema, Dois Vizinhos, Planalto, Nova Prata do Iguaçu, Marmeleiro, Realeza, Coronel Vivida, Chopinzinho e Pato Branco, que somados, os dez maiores produtores do ano de 2002 produziram 177.5 milhões de litros (40,73%) da produção regional. No geral, há um grande potencial de crescimento em toda a região, principalmente pelas novas regras do mercado como: Estabelecimento de preço padrão do leite, inclusão do leite na Política de Garantia de Preço Mínimo, Estabelecimentos de normas para

qualidade do leite, programas a nível federal como o Fome Zero e a nível estadual, Leite da Criança. Além disso, o programa Paraná 12 meses, incentiva a cadeia produtiva do leite, através da aquisição de novilhas visando à melhoria genética do rebanho, até a aquisição de equipamentos de ordenha, resfriamento e armazenagem do leite, passando também pela reforma e implantação de pastagens, reforma e construção de salas de ordenha e até mesmo de pequenas agroindústrias. Toda essa atividade tem contribuído para a melhora no desempenho da região.

2.7 Histórico da Bovinocultura de Leite da Região Sudoeste

As primeiras empresas a atuar na atividade leiteira no sudoeste do Paraná, tendo em vista que a atividade leiteira, remontam o período da colonização de forma a atender as necessidades da família, o fabrico de queijo com o excedente da produção, sendo este consumido basicamente no sudoeste e o excedente era vendido para Curitiba, São Paulo, e até mesmo para o Paraguai, comércios que permanecem até os dias de hoje.

Segundo Placido dos Passos, pecuarista do município de Clevelândia o primeiro produtor a trabalhar com animais registrados, especializados em leite na região Sudoeste, mais precisamente no município de Clevelândia – Paraná, foi o Sr. Paulo Francisco dos Passos, que adquiriu um plantel de novilhas da raça holandesa, do então Governador do Estado, Moises Lupion, plantel esse adquirido no município de Piraquara - Paraná na década de 70. A Granja Paumar de propriedade do Senhor Paulo Francisco dos Passos foi a precursora na utilização da inseminação artificial, quando o mesmo fez o curso de inseminação em Guarapuava.

A Granja Paumar fornecia reprodutores e matrizes para todo o Brasil e tinha como um de seus principais clientes a NESTLÉ, que adquiria os reprodutores registrados com controle leiteiro, levava-os para Araçatuba-SP, e daí distribuía para todo o Brasil. O comércio de Matrizes estava centralizado na região Sudoeste e Oeste do Estado, mas também se vendia para outros Estados.

Segundo o Zootecnista Sebastião Godoy Junior, a primeira empresa que passou a coletar leite nas propriedades, foi a (CAPEG) Cooperativa Agropecuária Guarani Ltda, que em 1983 inaugurou sua unidade no município de Pato Branco

atendendo também os municípios de Itapejara D' Oeste, Coronel Vivida e Vitorino, iniciando as atividades com 3.000 litros/dia.

Na seqüência, ainda em 1983, foi instalada na Região Sudoeste, a (SUDCOOP) Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda com sede no município de Francisco Beltrão e que atualmente são acionárias desta, as Cooperativas COPAGRIL de Marechal Candido Rondon, COTREFAL de Medianeira, COOPERVALE de Palotina, COPERLAC de Toledo e COPACOL de Cafelândia.

Sua unidade de recebimento de leite localizava-se onde hoje está a empresa LATCO Ltda, no município de Francisco Beltrão. Hoje a SUDCOOP também opera em sistema de parcerias com outras cooperativas como a CAMDUL de Dois Vizinhos, COASUL de São João e a COAGRO de Capanema, explorando a marca FRIMESA, amplamente difundida em toda a região e também no Paraná.

2.8 Oferta de Matéria Prima

O número de vacas ordenhadas em 2002 na região Sudoeste foi de 210.020 cabeças, sendo 164.300 cabeças da região de Francisco Beltrão e 45.720 na região de Pato Branco, apresentando uma produtividade média no Sudoeste de 2.075 litros/vaca/ano ou 6,8 litros/dia com lactação de 305 dias. Na microrregião de Francisco Beltrão a média foi de 1.865 litros/vaca/ano com média de 6,1 litros/dia com lactação de 305 dias e 2.750 litros/vaca/ano na região de Pato Branco com média de 9,0 litros/vaca/dia, com lactação de 305 dias.

Em 1999, a produção de leite no Sudoeste foi de 292.530.280 litros de leite, em 2000 o volume produzido foi de 334.105.700 litros, um crescimento de 14,2% em relação ao ano anterior. Em 2001 apresentou um crescimento de 16% atingindo 387.463.016 litros, em 2002 a região sudoeste apresenta um aumento de 12,5% em relação ao ano de 2001, tendo produzido em seus 42 municípios, 435.884.550 litros.

O Sudoeste do Paraná ocupa a quarta colocação no ranking estadual de produção com 18,39% do total de leite produzido no ano de 2002. Uma disponibilidade média de 782 litros por habitante ano, apresentando o melhor resultado para o Município de Nova Esperança do Sudoeste com disponibilidade de 1.997 l/hab/ano e o pior resultado ficando com o Município de Palmas, com apenas

68 l/hab/ano, sendo que o consumo mínimo de leite recomendado pela FAO é de 80 litros por pessoa ano.

2.9 Principais Bacias Leiteiras da Região Sudoeste

A tabela 03, apresenta os principais municípios produtores de leite da região, percebe-se que o município de Itapejara D'Oeste, não está incluído, vale ressaltar que se destaca o município de Chopinzinho e Coronel Vívica com maior volume de produção.

TABELA 03 – PRINCIPAIS MUNICIPIOS PRODUTORES DA REGIAO SUDOESTE

MUNICÍPIO	PRODUÇÃO DE LEITE - (2002) (litros)	% da produção Micro Região	% da produção no sudoeste
FRANCISCO BELTRAO	31.854.000	10,27	7
CAPANEMA	21.972.000	7,08	5
DOIS VIZINHOS	17.680.000	5,7	4
REALEZA	16.472.500	5,31	4
PLANALTO	15.540.000	5,01	4
CHOPINZINHO	15.523.200	12,35	4
CORONEL VIVIDA	15.502.500	12,33	4
NOVA PRATA DO IGUAÇU	15.240.000	4,91	3
PATO BRANCO	13.992.000	11,13	3
MARMELEIRO	13.757.000	4,44	3
10 MAIORES PRODUTORES	177.533.200		41
TOTAL DO SUDOESTE	435.884.550		100

FONTE: SEAB/DERAL – N.R PATO BRANCO E FRANCISCO BELTRÃO

O volume de leite produzido por estes municípios, representa 41% do total produzido no Sudoeste.

2.9.1 Perfil Zootécnico do Rebanho Leiteiro no Sudoeste do Paraná

Com base na pesquisa realizada pelo Departamento de Economia Rural, - DERAL (2003), da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, - SEAB, o perfil zootécnico do rebanho leiteiro do Sudoeste do Paraná, apresenta a seguinte composição:

- 49,0% são animais da raça Holandesa;
- 10,5% Jersey;
- 1,5% Girolanda;

- 1,0% Pardo-Suíço
- 38,0% não possuem raça definida (SRD).

Entre as raças de aptidão leiteira na microrregião de Pato Branco, a holandesa tem participação de 60% do rebanho, seguida pela raça Jersey com 9%, o rebanho mestiço representa 28% do rebanho. Na microrregião de Francisco Beltrão, a raça holandesa representa 38% do rebanho seguido pela Jersey com 12%, mestiço 48% do rebanho.

No estado, o rebanho especializado para leite, KOEHLER (2001) está concentrado na mesorregião Centro oriental. Na região Norte, o rebanho é constituído de 1/2 e 3/4 de sangue europeu. A utilização de cruzamentos com raças zebuínas resultou em uma melhor adaptação às características climáticas da região.

As raças holandesas, Jersey e Pardo-Suíço são predominantes nas regiões: Sul, Sudoeste e Oeste. Nas regiões Norte: Noroeste e Centro-Oeste do estado há predomínio de rebanhos Girolando e mestiços.

Segundo a Associação Paranaense de Criadores de Gado Jersey, esse rebanho vem crescendo de forma significativa no estado, pelo bom desempenho obtido pela raça.

A produtividade média, do rebanho registrado da raça Jersey no Paraná, situa-se em 17 litros/vaca/dia, superior à média do rebanho leiteiro do país. O Paraná possui, atualmente, 180 criadores da raça Jersey e conta com um plantel de 9.300 animais registrados.

A raça Pardo-Suíça, originária dos Alpes Suíços, apresenta boa adaptação ao clima tropical, reconhecida por possuir uma alta fertilidade e produtividade.

A Associação Brasileira de Criadores de gado da Raça Pardo-Suíço - ABCGPS, conta com 752 associados e com um rebanho registrado de 30.000 a 35.000 animais. No Paraná, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Bovinas da Raça Holandesa - ABCBRH, está o quarto maior rebanho registrado do país, com 53 criadores associados e com 4.664 animais registrados. O Paraná é antecedido pelos estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

Do plantel leiteiro do Sudoeste, a raça holandesa é a de maior expressão com 37,5% do rebanho.

Conforme os dados da Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa -APCBRH, o Paraná possui um rebanho de 314.627 animais registrados. Em 1999 foram registrados aproximadamente 15.000 animais.

2.10 Agentes e Comercialização

O parque industrial da região sudoeste do Paraná, é representado por 11 entrepostos de resfriamento, 32 usinas de beneficiamento, 40 indústrias de laticínios, que possuem uma capacidade instalada de 1.089.200 litros/dia, mas trabalha com 547.259 litros/dia, ou seja, opera apenas com 50,24% da capacidade total instalada, onerando assim, o caixa das empresas, tornando o sistema vulnerável aos fatores de produção. (SECRETARIA DA AGRICULTURA, 2003).

A capacidade de industrialização de leite na região sudoeste, encontra-se dividida entre a indústria privada com 73% da capacidade de industrialização total e as cooperativas possuem 26,63% do total.

3 METODOLOGIA

3.1 Perspectivas Metodológicas

Este estudo caracteriza-se com um estudo de caso, pois, permite a descoberta de determinadas relações (TRIVIÑOS, 1995), permitindo a investigação de um “fenômeno atual dentro de um contexto de vida real, onde as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e na situação em que múltiplas fontes de evidências são usadas”. (YIN, 2001, p. 96).

Esta pesquisa, deu-se com os produtores de leite no município de Itapejara D'Oeste PR, tendo por objetivo apresentar as características da produção e comercialização do leite.

3.2 Instrumentos de Pesquisa

A pesquisa possibilitou-se através dos seguintes instrumentos:

- Relatórios da Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste – PR.;
- Relatórios da Emater;
- Relatórios da empresa CLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste;
- Entrevista (despadronizada) com: Gerente CLAF e cooperados (20) e também com 10 produtores de leite não associados.

A entrevista despadronizada segundo MARCONI e LAKATOS (2001, p. 107), é uma conversação, efetuada face a face, de maneira não metódica, que proporciona o entrevistador, verbalmente, a informação necessária.

Faz-se necessário destacar que foram visitados 10 produtores de leite em suas propriedades, entre os meses de fevereiro a abril de 2004, e nestas visitas foram realizadas as entrevistas (estruturadas) para detectar informações relevantes para a pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Itapejara D' Oeste - Histórico do Município

A colonização de Itapejara D' Oeste teve início nos anos de 1937, com a chegada dos primeiros moradores vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, entre eles Simplicio Paula Guedes, Acre Paula Guedes, Antonio Galdino, Izidoro Seredenik e outros. A vinda para a região deu-se pelas informações por estes recebidas que a região era própria para a agropecuária e onde residiam principalmente em Santa Catarina as áreas eram dobradas e difícil trabalho. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – PR).

A chegada deu-se a lombo de cavalos, trazendo na bagagem facões, foices, algumas roupas e alimentos.

As residências eram construídas de madeira onde os caibros eram de angicos de forma de toras, as paredes de tábuas serradas com serrote manual e o telhado de tabuinhas feitas de pinheiros lascados.

Quando da chegada dos pioneiros, praticamente toda a área era coberta por vegetação nativa predominando araucárias, angicos, cedros, grapias e etc.

Desde o início Itapejara apresentou sua economia fundamentada na agropecuária tendo em vista ser aptidão dos colonizadores. As primeiras atividades exploradas por estes eram a produção de milho e a criação de suínos soltos, que eram vendidos para tropeiros e conduzidos mais ou menos 200 quilômetros para ser abatidos no município de Porto União-SC.

O primeiro vilarejo montado pelos colonizadores localizava-se, onde é a sede atual da comunidade de Coxilha Rica.

O segundo vilarejo de tamanho maior e localizado a uma distância de 03 Km do primeiro teve seu primeiro nome denominado “Chá das Galhas”, devido à presença de pinheiras que atraíam um pássaro de coloração azul denominado Galha Azul, símbolo do Paraná.

No ano de 1951 este vilarejo passou a chamar-se Tapejara, porém pela existência de outro município no Estado com o mesmo nome, mais tarde passou-se a chamar Itapejara D' Oeste, nome atual, que na linguagem indígena “caminho das pedras”.

Naquela época o segundo vilarejo, hoje Sede do Município apesar de maior era subordinado ao primeiro que era distrito, denominado Coxilha Rica e pertencia ao município de Pato Branco.

No dia 30 de dezembro de 1961 Itapejara D'Oeste foi emancipado de Pato Branco através da lei Nº 27 da Câmara Municipal daquele município e reconhecida a emancipação pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através da Lei Nº 4.859.

4.1.1 Identificação do Município

- Área do perímetro urbano 263,06 ha
- Área do perímetro rural 23.224,94 ha
- Área total 23.488,00 ha
- População urbana 4.961 hab.
- População rural 4.201 hab.
- Total de produtores rurais 1.026
- Altitude 460 a 780 metros acima do nível do mar
- Longitude 25° 51' 29" à 26° 60' 37"
- Latitude 52° 46' 16" à 52° 47' 57"

4.2 Caracterização dos Produtores Agrícolas

Os níveis tecnológicos de manejo e os critérios para categorização dos produtores em pequenos médios e grandes foram os mesmos estabelecidos nas normas do Programa Paraná Rural – Programa de desenvolvimento Rural Paraná.

QUADRO 01 – PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES
POR CATEGORIA ITAPEJARA D'O ESTE

	%
Pequenos	93,51
Médios	4,56
Grandes	1,93
Total	100,00

FONTE: PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL, PREFEITURA MUNICIPAL, 2003

- **Nível A:** Uso agrícola do solo onde o fator de trabalho praticamente é o único investimento existente. A potência utilizada é a humana e a utilização de insumos quando presente não se reverte em custos diretos ao agricultor. Neste caso há apenas a reciclagem a nível de propriedade. O nível de capitalização é muito baixo e o empreendimento possui conotação extrativista.
- **Nível B:** Agricultura onde o fator de trabalho continua sendo o principal investimento. No entanto a potência animal utilizada ou a aplicação de alguns insumos pode se reverter em custos diretos isto é prevê-se a aplicação de pequeno capital.
- **Nível C:** Agricultura técnica, onde o capital e o trabalho passam a ser investimentos de ponta. A potência mecânica é utilizada.

O quadro 02, apresenta a porcentagem de produtores nos diferentes níveis de manejo.

QUADRO 02 – PORCENTAGEM DE PRODUTORES NOS DIFERENTES NÍVEIS DE MANEJO

Nível de Manejo	%
A	6,00
B	43,86
C	50,14
Total	100,00

FONTE: PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL, 2003

4.3 Prestação de serviços

As propriedades agrícolas são assistidas, conforme mostra o quadro 03, pela Emater e Cooperativas, o maior número de assistência prevalece o de cooperativas.

QUADRO 03 – PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES RURAIS ASSISTIDAS TECNICAMENTE PELAS DIFERENTES EMPRESAS

Empresa	%
Emater/Pr	35,80
Cooperativas	63,20
Não recebem	1,00
Total	100,00

FONTE: EMATER, 2004

4.4 Mão-de-Obra e Prestação de Serviços

Na maioria das propriedades, predomina a mão de obra familiar. Constata-se a existência de um número regular de empregados contratados permanentes nas propriedades que exploram a suinocultura e avicultura.

Observa-se que a grande parte das mini propriedades vende a mão de obra excedente e/ou trocam em algumas épocas do ano, na prestação de trabalho como: colheita de feijão, capinas e etc., conforme o quadro 04.

QUADRO 04 – NÚMERO MÉDIO E TOTAL DE DIAS TRABALHADOS/ANO/PROPRIEDADE NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Tipo de serviço	Média dias trabalhado	Total dias trabalhado
Empregado permanente	320	44.183
Empregado eventual	21	5.931
Troca de serviços	37	13.451

FONTE: PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL, 2002

4.5 Organização dos Produtores

Observa-se elevada porcentagem de produtores que aderiram ao associativismo, conforme demonstra o quadro 05. Isso se deve ao trabalho realizado nos anos passados com fins de organização dos produtores.

QUADRO 05 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL, DAS PROPRIEDADES NOS DIFERENTES TIPOS DE ASSOCIATIVISMO

Tipo de associativismo	(%)
Sindicalismo	
Sócio	79,75
Não sócio	20,25
Cooperativismo	
Sócio	54,00
Não sócio	46,00
Associação de produtores	
Sócio	10,00
Não sócio	90,00

FONTE: PESQUISA DE CAMPO, 2004

4.6 Distribuição da Renda Bruta por Atividade

As atividades que mais contribuíram para formação da receita no ano de 2003 foi a produção do milho e a avicultura de postura, conforme demonstra o quadro 06.

QUADRO 06 – DISTRIBUIÇÃO EM PERCENTUAL DA RENDA BRUTA POR ATIVIDADE

Exploração	(%)
Culturas	
Milho	31,85
Soja	14,99
Trigo	1,29
Feijão	4,26
Arroz	0,29
Erva-mate	0,46
Subtotal	53,14
Criações	
Suínos	9,84
Leite	6,82
Bovino de corte	3,23
Frango de corte	6,71
Frango de postura	20,01
Peixes	0,11
Bicho da seda	0,14
Sub-total	46,86
TOTAL	100,00

FONTE: PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL 2003

4.7 Características das Propriedades de Produção de Leite no Município de Itapejara D'Oeste

O quadro (07) apresenta algumas características das 10 propriedades entrevistadas, o que chama atenção é o número médio de pessoas por residências. Prevaleceu, na sua grande maioria, apenas 04 pessoas, constituídas de pai mãe e 02 filhos.

QUADRO 07 – SITUAÇÃO DAS MORADIAS COM RELAÇÃO A TAMANHO, IDADE, ETC.

Situação	Quantidade
Nº médio pessoas/residência	4
Nº médio quartos/residência	3
Metragem média das residências	83
Idade média das residências	40 anos

FONTE: PESQUISA AGROPECUÁRIA MUNICIPAL: PREFEITURA MUNICIPAL, 2002

4.8 Situação das Posses das Residências

O quadro 08, de acordo com a pesquisa de campo realizada, apresenta a porcentagem de propriedade segundo a sua posse, dentre os entrevistados, em sua grande maioria, as propriedades são próprias (95%), geralmente adquirida de pai para filho.

QUADRO 08 – PORCENTAGEM DE PROPRIEDADES SEGUNDO SUA POSSE

Forma de posse	% propriedade
Própria	95
Alugada	1
Cedida de outros	4
Total	100,00

FONTE: PESQUISA DE CAMPO, 2003

4.8.1 Conjunto Familiar

QUADRO 09 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO

Faixa etária	(%)
Mulheres + 60	12,20
21 a 60	52,81
14 a 20	8,25
08 a 13	12,05
- de 08	14,09
Homens + 60	9,48
14 a 60	68,59
09 a 13	12,44
- de 08	9,49

FONTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE PARANÁ

Os dados do quadro (09) demonstram o acréscimo no número de pessoas idosas e redução no número de jovens que estão deixando o meio rural e não retornam mais, numa margem de (10%), segundo um estudo realizado pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'oeste no ano de 2000, e um segundo estudo realizado em 2003.

4.9 Agroindústria

Em conformidade com o quadro 10, o Município de Itapejara D'Oeste, apresenta apenas 01 empresa de logurte e uma Cooperativa de leite pasteurizado. A empresa de logurte tem capacidade para produzir 350 Kgs por dia.

QUADRO 10 - AGROINDÚSTRIA – PESSOAS JURÍDICAS

Cód	Produtos	Agroindústrias (nº)	Capacidade instalada (por dia)	Produção Física (por ano)
		Existentes	Total existente	Total (toneladas)
26	logurtes	01	350Kgs	24
34	Leite pasteurizado	01	400 L	96 ml

FONTE: EMATER, 2003

4.10 Bovinocultura de Leite

Em conformidade com o quadro 11, a atividades pecuárias de leite existente nas pequenas propriedades é quase inexistente à assistência técnica, (Emater, Cooperativa e outros).

Observa-se também, que no caso da bovinocultura de leite dos 292 bovinocultores, apenas 20 são assistidos tecnicamente. Vale ressaltar também, que de 3.400 cabeças, apenas 200 são assistidas. (Emater, Cooperativa e outros).

QUADRO 11– DIMENSIONAMENTO DO REBANHO

Cód	Discriminação	Produtores		Rebanho (cab)		Produção (em 1.000)	
		Exist.	Assistidos	Exist.	Assistidos	Total	Reb. Assist
01	Animais de raça especializados – leite	40	5	600	50	2000	200
02	Animais cruzados para leite	400	20	2800	80	4500	100

EMATER, 2003

4.11 Indústria de Laticínios

Para JANK citado por RUFINO (s.d, p. 7), a indústria de laticínios pode ser definida como “o setor que adquire a matéria-prima leite, processa e produz diversos derivados lácteos”. Ele classifica as empresas do setor em: “empresas multinacionais, grupos nacionais, negociantes sem fábrica, cooperativas e pequenos laticínios”.

As empresas multinacionais são entendidas como os grandes grupos privados controlados por capital de origem externo e que atuam em âmbito nacional, tanto na captação formal de matéria-prima como, principalmente na comercialização de produtos finais.

Os grupos nacionais são definidos como empresas com menor capacidade financeira do que as multinacionais e atuação mais voltada para produtos específicos e mercados regionais, tanto no que se refere à coleta de leite como a comercialização de produtos finais.

Os grupos nacionais são definidos como empresas com menor capacidade financeira do que as multinacionais e atuação mais voltada para produtos específicos e mercados regionais, tanto no que se refere à coleta de leite como a comercialização de produtos finais.

Os negociantes sem fábrica são empresas que internalizam, a preços altamente competitivos, produtos lácteos importados de diversas origens.

As cooperativas, que cresceram durante o período em que o mercado era regulamentado pelo estado, enfrentaram graves problemas de concorrência na década de 90, e ao longo dos últimos anos, muitas optaram por apenas aumentar o poder de barganha dos produtores diante das grandes empresas compradoras de leite e outra optaram por promoverem diversos tipos de integração na busca de melhor inserção no mercado.

Os pequenos laticínios são definidos como empresas pequenas que adquirem matéria-prima, industrializam produtos lácteos, normalmente, em mercados regionais. Em algumas regiões, estas empresas geram uma forte concorrência, tanto na aquisição de matéria-prima, como na venda do produto final. Em várias regiões são a única alternativa de mercado para a agricultura familiar e até para produtores maiores fora da linha tradicional de coletas.

Segundo KOEHLER (2001), O Paraná possui 279 estabelecimentos lácteos, os quais classificam-se em: Usinas de beneficiamento (70); Indústria de Laticínios (153); e Entrepósitos de Resfriamento (56), apresentando um parque industrial com capacidade instalada para industrializar 7.921.500 litros/leite/dia, porém com apenas 53,5% de utilização da capacidade instalada.

De acordo com KOEHLER (2001), 60% da produção de leite paranaense é industrializada e 40% são destinadas para outros fins.

O Conseleite – Conselho formado por produtores e Indústrias paranaenses de leite – realizou um estudo referente “o mix de comercialização” dos produtos que levantou a porcentagem de participação de cada produto nas vendas de derivados lácteos. Mediante este estudo, três tipos de leite (pasteurização rápida, pasteurização lenta e cru) respondem por 72,76% das vendas das indústrias de laticínios do Estado.

A venda de leite em pó responde por 10,13% do mix. Os queijos correspondem a 10,83% das vendas das indústrias, e os 6,28% restantes são divididos entre outros produtos lácteos (requeijão, manteiga, bebida Láctea, iogurte, creme e doce de leite).

KOEHLER (2001), estima que, a médio prazo “o Paraná passe para o 2º lugar no ranking dos estados produtores e que os paranaenses passem a consumir produtos lácteos na mesma proporção dos consumidores dos países desenvolvidos.”

Consolidando-se, efetivamente, como um importante exportador de leite e derivados lácteos.

4.11.1 CLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste

CLAF - Cooperativa de Leite da Agricultura familiar de Itapejara D'Oeste – PR, começou suas atividades no dia 01/05/04 com sede na rua Fernando Ferrari S/N

Iniciou com 190 associados produtores de leite com produção por cooperado produz: 400 litros/mês a 8 mil litros mês, não discrimina produtor. Esta cooperativa está filiada a uma central chamada de SISCLAF com sede em Francisco Beltrão.

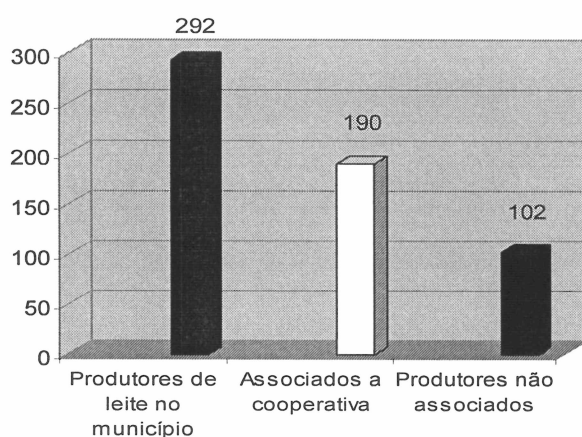
CLAF organiza os produtores e comercializa todo o leite de seus cooperados e com um bom volume de leite que atualmente comercializa com a

Confepar (Cooperativa Central Agro-Industrial Ltda). Essa central está localizada em Londrina e com 8 filiais no estado do Paraná e que atualmente e recentemente alugou as instalações do laticínio da Capeg de Pato Branco PR, onde irá comprar leite na região e que a Cooperativa CLAF de Itapejara D'Oeste fez um contrato para trabalhar em parceria com a Confepar de Pato Branco.

A CLAF hoje está comercializando um volume de leite em torno de 180 mil litros por mês com tendência de aumentar esse volume, pois, quanto maior o volume, maior será a comercialização no preço do leite para seus cooperados.

Numero de associados: 190 produtores, correspondendo em torno de 65% dos produtores de leite de Itapejara D' Oeste.

GRÁFICO 01 – PRODUTORES ASSOCIADOS E NÃO ASSOCIADOS À COOPERATIVA

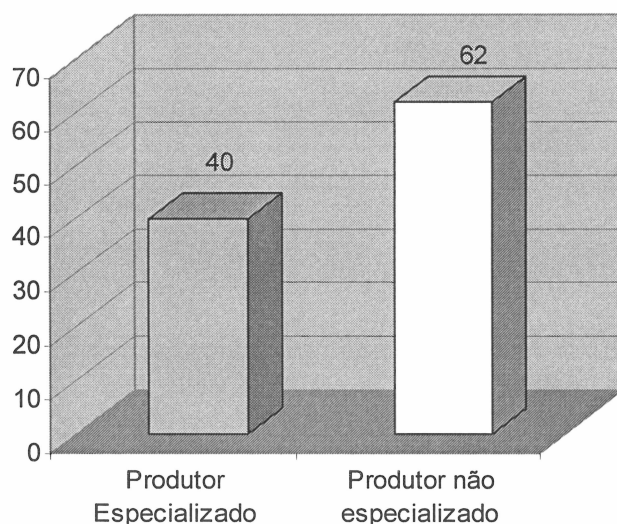


FONTE: COOPERATIVA DE LEITE DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPEJARA D'OESTE

A cooperativa tem por objetivo organizar os produtores a comercializar melhores preços como também dar assistência técnica, para melhorar a qualidade do leite, aumentar a produtividade, melhorar pastagem entre outros.

O gráfico 2, apresenta a caracterização do produtor não associado a CLAF, onde 40% são produtores especializados e 60% são produtores não especializados.

GRAFICO 02 – CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTOR NÃO ASSOCIADO A CLAF



FONTE: CLAFF, 2003

CLAF também comercializa leite com indústria de queijo e a indústria de iogurte existente no município.

4.11.2 Indústria de Queijo da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste

Esta indústria pertence a um grupo de produtores que entregavam leite para o mesmo, que atualmente há uma parceria com a nova cooperativa e estão adquirindo em torno de 45 mil litros mês da cooperativa CLAF.

O Queijo produzido é mussarela (90%) e colonial (10%), comercializado 80% em Curitiba e 20% na região. Emprega atualmente 4 pessoas.

4.11.3 Indústria de Iogurte da Agricultura Familiar de Itapejara D'Oeste

A Indústria de Iogurte absorve em torno de 7 mil litros mês sendo que partes são pasteurizadas embaladas e entregue diretamente ao consumidor da cidade (casas) e partes é feito o Iogurte sendo comercializado nas escolas do município com convênio prefeitura e partes do Iogurte são comercializado nos

supermercados da cidade e região. O leite atualmente está iniciando uma parceria com a cooperativa CLAF na aquisição.

Alguns produtores principalmente os mais tecnificados e com volumes grandes de leite estão comercializando seu leite com laticínios da região com o Frimesa, Leticia, outros (20%). Porém, pequenos produtores também entregam no momento para os laticínios citados acima, mas, estão na expectativa do chamado “novo que é a cooperativa”, pois a mesma é nova e com o tempo poderão se associar ou não na mesma.

4.12 Breve Panorama do Mercado de Leite no Brasil, Estado do Paraná e Região Sudoeste

O leite é uma das principais fontes de proteína na alimentação humana; sua necessidade, segundo o Ministério da Saúde, varia de acordo com a idade das pessoas. A recomendação para crianças de até 10 anos é de 146 litros/ano incluindo a forma fluída e derivados. Para jovens de 1 a 19 anos, o consumo deve ser de 256 litros/ano e para adultos acima dos 20 anos, a recomendação é de 219 litros/ano.

Uma vida saudável depende deste alimento que, pela potencialidade da pecuária de leite nacional, pode se tornar acessível à totalidade da população. O mercado interno do leite é muito promissor, conforme ZOCCAL (2002, p. 1):

Admitindo um cenário no país que favoreça o consumo de laticínios, em especial populações mais carentes que pouco ou nada consomem, e tomando bases apenas o consumo de 146 litros/ano, o país requer uma disponibilidade anual de 25 bilhões de litros para atender apenas o mercado interno potencial, composto de 175 milhões de pessoas. Se consideramos um consumo per capita de 600 ml a disponibilidade anual de leite deveria ser de 38 bilhões de litros.

Segundo VILELA (2002, p. 1), “o Brasil é o sexto maior produtor de leite do mundo e cresce a uma taxa anual de 4%, superior à de todos os países que ocupam os primeiros lugares”. Ainda segundo o autor, o Brasil responde por 66% do volume total de leite produzido dos países que compõem o Mercosul.

O leite ocupa lugar importante na agropecuária brasileira, conforme VILELA (2002, p. 1) “o leite esta entre os seis produtos mais importantes, ficando a frente de produtos tradicionais como café beneficiado e arroz”. Sua importância no agronegócio é relevante, pois, desempenha papel importante no suprimento de

alimentos e na geração de emprego e renda para a população. Segundo VILELA (2002, p. 1)” o país tem, hoje acima de um milhão e cem mil propriedades que exploram o leite, ocupando 3,6 milhões de pessoas.

De acordo com LEITE (2002, p. 2):

A pecuária de leite é uma das principais atividades presente na agricultura familiar de todas as regiões do Brasil. A produção de leite esta assumindo papel de produto-âncora para a agricultura familiar, notadamente (...) pela sua característica e provedura de fluxo de caixa e renda mensal.

A produção e a industrialização do leite estão concentradas em apenas cinco estado; Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul produzem 70% e industrializam 80% de todo leite do Brasil.

O estado de Minas Gerais detém 30% do total de leite produzido, enquanto que os 15 estados do norte e nordeste juntos produzem menos leite que a região sul. Na região Centro-Oeste, a liderança na produção cabe ao estado de Goiás que vem apresentando uma intensificação crescente na atividade leiteira nos últimos anos. A região sul teve sua participação ampliada nos últimos anos.

Conforme já mencionado, o estado do Paraná é um importante produtor de leite. A produção paranaense de leite apresentou no ano de 2001 um aumento de 7,4% em relação ao ano de 2000, o volume produzido foi de 2,24 bilhões de litros de leite. O sudoeste do Paraná no ano de 2001 foi a região que apresentou o maior crescimento com 13,52% destacando-se os municípios de Capanema, Dois Vizinhos, Pato Branco, Coronel Vivida e Chopinzinho. (DERAL,2003).

Para se ter uma noção do volume de leite produzido no estado do Paraná nos últimos anos por mesorregioes, veja na Tabela 1:

Tabela – PRODUÇÃO DE LEITE NO ESTADO DO PARANÁ

Mesorregiões	Produção (mil litros)	
	Ano 1999	Ano 2000
Centro Ocidental Paranaense	49176	53548
Centro Ocidental Paranaense	328453	315744
Centro Sul Paranaense	83922	94216
Metropolitana De Curitiba	55458	57025
Noroeste Paranaense	203270	216638
Norte central paranaense	239678	237318
Norte pioneiro paranaense	85770	87954
Oeste paranaense	365948	388265
Sudeste paranaense	643000	64706
Sudoeste paranaense	248938	283821

DERAL – PR, 2003

A mesorregião sudoeste do Paraná vem apresentando um crescimento na produção de leite desde o ano de 1998, segundo informações do SEAB de Pato Branco e vem se destacando no cenário estadual como região produtora de leite.

Acompanhando este crescimento, está a microrregião de Pato Branco onde está localizado o município selecionado para esse estudo. Caracterizando a microrregião de Pato Branco, segundo CORONA (1999), pode-se defini-la como sendo “constituída por um grupo de municípios vinculados por relações de interdependências econômica e social e, principalmente, por que as instituições públicas aglutinam-se em torno de uma região administrativa (região sudoeste do Paraná)”.

A microrregião de Pato Branco possui 32,4% da população vivendo na zona rural e é caracterizada pela presença da agricultura familiar que na sua maioria, são produtoras de leite. Segundo CORONA (1999) a produção de leite:

Sempre esteve presente na agricultura das famílias da microrregião, no início (a partir da década de 1940) voltada para o consumo interno da família e venda do excedente, depois (a partir de 1980) para a venda *in natura* para os laticínios que se instalaram na microrregião e um último caso como iniciativa da pluriatividade da família com sua agroindustrialização voltada a comercialização.

A produção leiteira da microrregião de Pato Branco- PR, segundo a SEAB/DERAL-PR (2001/2002), possui as seguintes características: 70% dos estabelecimentos rurais trabalham com a atividade leiteira. Representa 17,32% da produção estadual (representando 45,7% da produção de leite regional); a produção obtida nos estabelecimentos que possuem até 100ha, 72,3% é comercializada junto a laticínios. Isso leva a supor que a produção que não é comercializada junto aos laticínios, aproximadamente 27%, é consumida internamente pela própria família, vendida *in natura*, ou ainda industrializada para a comercialização.

4.13 Análise da Produção e Comercialização de Leite no Município de Itapeja D' Oeste PR

Com a finalidade de satisfazer as necessidades humanas, o sistema econômico realiza as funções básicas da economia. Para tanto, reúne recursos

transformando-os em bens de consumo e os distribui. REIS & SETTE (s.d) detalham estas funções distinguindo-as em duas fases, a de produção e a de comercialização.

Para os autores (s.d, p. 10) a “produção consiste no processo de transformação dos recursos básicos nos bens finais de consumo e a comercialização consiste em levá-los do local e do tempo em que são adquiridos e consumidos pelos consumidores”. Portanto, comercializar significa muito mais que vender, é também produzir aquilo que o cliente precisa e quer comprar, e principalmente o que comercializar e como fazê-lo.

Dentro do sistema econômico maior, está inserido o sistema de comercialização que, segundo REIS & SETTE (ibid, p. 11) é o “ambiente onde se desenvolvem as atividades comercializadoras”. E esse sistema tem por objetivo, criar condições para viabilizar o consumo, complementando o papel da produção. Assim, o seu trabalho produzirá as utilidades básicas e essenciais a certo bem para que o consumidor possa consumi-lo, que são: utilidade de forma, de lugar, de tempo e de posse. Isto significa que para um bem ser consumido é necessário: que esteja na forma adequada ao consumo, no lugar onde o consumidor costumeiramente o adquire, na hora (tempo) em que ele vai ao local para adquiri-lo e a um preço e condições adequadas à sua posse (preço compatível com a renda do consumidor e custos da produção e comercialização). Condições de posse implica na transferência de propriedade e/ou direito de uso.

Os participantes do mercado são os agentes envolvidos no processo de troca de mercadoria por dinheiro ou de dinheiro por mercadoria. Sendo que os três principais agentes do mercado industrial são: a empresa fornecedora, os clientes e os concorrentes. Além desse, também intervêm no mercado associações de normas técnicas, governo, bancos, sindicatos, outras associações de classe, partidos políticos, etc.

Um estudo realizado por BARROS (2002) levantou os cinco principais agentes do mercado envolvidos na cadeia produtiva do leite: produtores, cooperativas, indústrias, distribuidores/representantes, e varejistas e não é diferente no município de Itapejara D'Oeste. Pode-se entender melhor este esquema através da descrição e observação da Figura 2, a seguir.

A Figura 2 representa o fluxo da cadeia produtiva do leite, e o processo de ir dos produtores rurais até os consumidores finais. Neste processo, a venda direta dos produtos ao consumidor aparece com um canal de comercialização

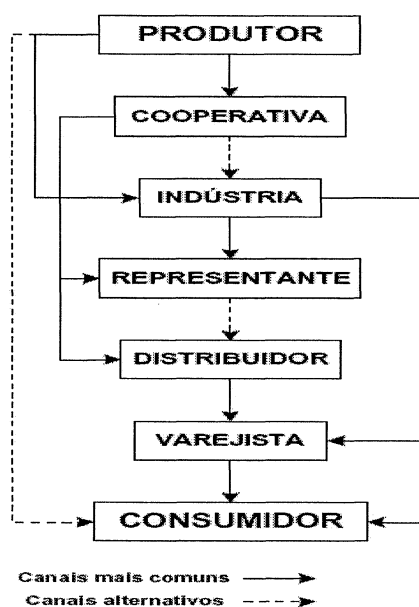
alternativo, enquanto os canais mais comuns aparecem como a venda do produtor à indústria, sendo que essa repassa o produto final para o representante ou distribuidor que, por sua vez, repassa ao varejista, que finalmente vende ao consumidor.

Se considerar os dois extremos da Figura 2, de um lado, teremos milhares de produtos com pequenas quantidades do produto in natura e, de outro lado, milhares de consumidores, cada qual comprando pequeno volume relativo do produto.

Em termos gerais, podemos considerar três níveis de mercado:

- mercado local;
- mercado atacadista;
- mercado varejista.

FIGURA 02 – FLUXOGRAMA DA COMERCIALIZAÇÃO DO LEITE



Fonte: Barros et. al., 2002.

O mercado local representa a relação entre o produtor rural e o primeiro comprador, ou seja, é a primeira transação comercial do produto. Este mercado apresenta um grande número de vendedores, produtores rurais vendendo pequenas quantidades para um pequeno número de compradores. Geralmente, os produtores detêm menor poder de barganha e são, em termos, dependentes do intermediário

CONCLUSÃO

Este estudo pretendeu desenvolver uma análise da estrutura de produção e comercialização de leite da agricultura familiar no município de itapejara d'oeste – paraná.

A comercialização possui várias funções, dentre as mais importantes pode-se destacar a compra, a venda, o beneficiamento e embalagem, o transporte, o armazenamento e outras funções auxiliares.

A compra significa obter produtos de boa qualidade e matéria-prima para fornecer um produto final também de qualidade. Para se realizar uma boa compra é preciso ter acesso a informações específicas em locais e tempos estratégicos.

A venda é uma função que exige esforços específicos, envolvendo custos e dispositivos administrativos e operacionais próprios. A venda requer também informações e estudo sobre o mercado, distribuidor e consumidor, bem como exige atividades relacionadas à promoção e à propaganda.

O beneficiamento e a embalagem abrangem desde a recepção da matéria –prima até sua transformação em bens de natureza diferente do original. Nesta fase, dá-se ao produto a forma definitiva do bem para o consumidor, com condições para a conservação. O papel da embalagem, além da proteção e conservação, apresenta características facilitadoras da compra, do transporte, do armazenamento e da aparência estética.

O transporte tem a função de reunir o produto, em forma de matéria-prima, e levá-los aos mercados terminais e aos pontos de venda, em forma de produto acabado.

O armazenamento tem a função segundo REIS & SETTE (s.d. p. 38) “de viabilizar o consumo gradativo e igualmente distribuído durante o ano, daqueles produtos e safra fixa. É como se fosse uma reserva de distribuição, de onde vai saindo o produto, à medida da sua necessidade, criando a utilidade de tempo”.

As informações de mercado estão entre os principais fatores de ativação da concorrência e na concessão de poder de negociação. São consideradas informações importantes, para atividade econômica, informações sobre o preço e os fatores associados à sua formação, o conhecimento sobre o comportamento da

concorrência, quais as intenções dos concorrentes, dos fregueses, dos mercados dos bens substitutos e dos consumidores.

O município de Itapejara D'Oeste tem se mostrado promissor na produção e comercialização de leite, apesar de ainda apresentar muitas deficiências, mas, propenso ao crescimento, devido à entrada da cooperativa CLAF dentro do sistema de Cooperativismo. Oportunizou a compra, a venda, o beneficiamento e embalagem, o transporte, o armazenamento e outras funções auxiliares.

Neste contexto, melhorou a negociação de preço, devido ao volume de leite e oportunizando um aumento na produtividade e na qualidade através de contratações de técnicos e veterinários para assistir os mesmos.

O papel técnico das empresas privadas, cooperativas, associações e até mesmo governamental tem sido de fundamental importância para o desenvolvimento do setor, apresentando alternativas que visem o melhor desempenho dos produtores e das indústrias.

As informações aqui apresentadas demonstram a necessidade de investimentos tanto no setor produtivo como na industrialização. No setor produtivo faz-se necessário à implementação de programas de incentivo a adoção da ordenha mecanizada e o resfriamento do leite em tanques de expansão tendo em vista o aumento da produtividade média dos animais e a diminuição da ociosidade da indústria, que opera muito aquém do seu potencial.

No agronegócio do leite, as transformações ocorridas e em curso são tidas como históricas por estudiosos. O consumidor assume posição privilegiada no processo, o que tem levado a uma reorientação de procedimentos na propriedade agrícola, na indústria, na distribuição e, principalmente, na redefinição de contratos entre agentes, ainda que informais, visando ao acomodamento de interesses. O setor começa a trabalhar sob a ótica de cadeia produtiva.

No setor produtivo fica claro que as transformações econômicas exógenas ao setor estimularam o aumento da produção e está tendo papel educativo, pois tem levado a busca de organização, no sentido de se negociar com outros elos e governo, políticas públicas que salvaguardem os seus interesses. A procura por obtenção de escala de produção e redução permanente de custos estão dando origem a um novo produtor, mais consciente e especializado.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, S. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. CEFET – Unidade de Pato Branco, 2002.

BARROS, G. S. C. et al. **Sistema agroindustrial do leite no Brasil**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, (2002). Disponível em: <www.embrapa.gov.br> Acesso em out. 2004.

CLAF. Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar de Itapejara D'oeste. **Relatórios**, 2004.

CNA – Confederação Nacional da Agricultura.

Disponível em: <<http://www.cna.org.br/sistemaCNA/ab.htm>> Acesso em dezembro de 2002.

CORADINI, O. L.; FREDERICK, A. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. DERAL (2001). Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/seab/>>. Acesso em: out. 2004.

CORONA, H. M. P.; POSSAMAI, E. J. **Grupo de pesquisa propostos**. 5 (Desenvolvimento agrário e regional). 1999. 20p. – Centro de Pesquisa e Apoio ao desenvolvimento Regional – CEPAD, CEFET-PR – Unidade de Pato Branco.

EMATER. Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (2003).: Disponível em: <www.pr.gov.br/emater>. Acesso em out. 2004.

EMBRAPA. Embrapa **Gado de Leite** – Leite em Números – Produção (2001). Disponível em: <www.embrapa.gov.br>. Acesso em out. 2004.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (RS) 1993. **Conclusão do Seminário Estadual de Viabilização Econômica e Social das Pequenas Propriedades**.

GOMES, S. T. **Produtividade da pecuária de leite do Brasil**: mitos e verdades. Economia Rural, Viçosa, 6 (3/4), p. 3-7, jul./set. – out./dez.1999.

GRANDO, M. Z. **Agropecuária do Rio Grande do Sul**: a caminho da eficiência? Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1997. 159 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa da pecuária Municipal**. 1995-1996. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: out 2004.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (2003). Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em out. 2004.

JUNIOR, F. P.; **Informativo Diário Deral**, Ano III, nº 963, 30 de agosto de 2002.

KOEHLER, J. C.; **Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Leite da região Oeste do Paraná**. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Cascavel, 2001.

LACKI, P. Conhecimento é o insumo mais eficaz. **Revista Produtor Parmalat**, São Paulo, Ano 2, n. 20, out. 1996. p. 8-11.

LEITE, J. L. B. **Agricultura familiar**. Informe Econômico do Leite. Minas gerais, Ano 2, nº 2, p. 02, outubro/2002.

LIMA, A.; et al. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidade de trabalho com agricultores. Ijuí: UNIJUÍ, 1995.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. V. **Metodologia do trabalho científico**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NEAD. Núcleos de estudos Agrários e desenvolvimento rural. Disponível em: <http://www.nead.org.br/>>. Acesso em out. 2004.

PERIN et al.; Coord. PASINI et al. **Agricultura Familiar na Região Sudoeste do Paraná**. Londrina: IAPAR / EMATER, 2001. Disponível em: <www.pr.gov.br/emater>. Acesso em out. 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE – PR. 2003.

REIS, A. J. dos.; SETTE, R. de S. **Comercialização Agrícola e marketing rural**. Lavras, ESAL/FAEPE. S.d.

ROCHA, C. **Programa Correio Rural**. Rádio Guaíba, Porto Alegre, 26/06/1998.

RUFINO, J. J. L. dos. S. **Avanços e questões perspectivas na cadeia produtiva de leite**. S. d. Disponível em: <<http://.terraviva.com.br>>. Acesso em: jan. 2005.

SCHERER, L. P. **Associativismo e desenvolvimento rural**: em benefício das pequenas propriedades rurais que visam sua manutenção e desenvolvimento. Giruá: Gráfica Giruaense, 1994.

SEAB/DERAL. Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento. Departamento de Economia Rural, Sede e Núcleos Regionais, (2003). Disponível em:<<http://www.pr.gov.br/seab/>>. Acesso em: out. 2004.

SILVA, G. da. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do RGS, 1999.

TOMAZONI, J. C. **Elaboração dos mapas e cartas de solos, relevo, clima** – Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná. CEFET – Unidade de Pato Branco, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

VIEIRA, V. C.; Tendências e Entraves Tecnológicos do Setor Leiteiro, **Anais do I Encontro de Integração Lavoura-Pecuária do Sul do Brasil**. MELLO, N.; VILELA, D. **Leite**: bom para saúde e melhor ainda para a economia brasileira. Artigos (2002). Disponível em: <<http://www.cnpqgl.embrapa.br>>. Acesso em: out. 2004.

YIN, R. **Estudo de caso**. Planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

WICKERT, S. Situação da mecanização de forma associativa no Rio Grande do Sul (Programa APSAT). In: Congresso Internacional de Mecanização Agrícola e Ajuda Mútua. Porto Alegre, 1990. Círculo de Máquinas, Mecanização e Ajuda Mútua entre as pequenas propriedades. 1991. **Anais**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1991, p. 67-80.

WILKINSON, J. **Mercosul e produção familiar**: abordagens teóricas e estratégias alternativas. Estudos Sociedade e Agricultura, 8, abril 1997.

ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. **A cooperação agrícola**: melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1993.

ZOCCAL, R. **O volume de leite de que precisamos**. Informe Econômico do leite. Minas gerais, Ano 2, nº 2, p. 01, outubro/2002.

ANEXO

ANEXO
ESTRUTURA DAS ENTREVISTAS REALIZADA COM PRODUTORES DE LEITE
DA AGRICULTURA FAMILIAR
NO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE PARANÁ

1. O Sr. é sócio do Sindicato?
2. O Sr. é sócio da Cooperativa de Leite?
3. O Sr. faz parte da Associação de Produtores Rurais?
4. Qual o N° de pessoas que moram nesta propriedade?
5. Qual o nº de quartos que a sua residência possui?
6. Qual a metragem de sua residência?
7. Qual a idade média das pessoas que moram em sua residência?
8. A sua residência é própria, alugada ou cedida de outros?
9. Quantos vacas leiteiras o Sr. possui?
10. Quantas pessoas trabalham em sua propriedade? São pessoas da Família?